



Por que produzimos o que produzimos? Um estudo das atividades produtivas no semiárido cearense a partir do contexto da identidade territorial

Maria Daniele Cruz dos Santos
Francisco do O' de Lima Junior
Emanoel Márcio Nunes

Resumo

Este trabalho objetiva analisar a relação entre as atividades produtivas no semiárido cearense e sua identidade territorial, verificando se ainda neste início do século XXI existe alguma correlação entre as duas grandezas. Para isso, foi estruturado o trabalho primeiro, na definição dos termos identidade e território, fazendo uma junção de literaturas disponíveis que falam a respeito e sintetizando o significado que foi trabalhado neste artigo. Na formação histórica captura-se as modificações ocorridas no tempo com as atividades produtivas, estruturando novas atividades que convivem com as tradicionais, mas foram inexpressivas para promover o crescimento do semiárido cearense como ocorreu nas regiões fora dessa delimitação geográfica. Foi verificado que a identidade territorial produtiva do subespaço semiárido cearense mesmo presente nos dias atuais, modificou-se com o passar do tempo e as políticas engendradas pelo governo estadual de certa forma relegaram a este espaço uma condição tanto de dependência como de exclusão na participação produtiva do estado.

Palavras-chave: Atividades produtivas. Semiárido cearense. Identidade territorial.

1 Introdução

Com o objetivo central de discutir a formação produtiva no semiárido cearense e a conexão existente dessa grandeza com a identidade territorial, é preciso antes de tudo, percorrer os caminhos que conduzem a definição de “território”, de “identidade”, de “identidade territorial”, fazer uma junção dessas tipologias e analisar a correlação com a formação produtiva do semiárido cearense.

O Ceará, assim como os demais estados e macrorregiões do Brasil, é um espaço heterogêneo, com diversas diferenciações inter-regionais. Desde o processo de colonização, vem sendo modelado sem ordenamento até quase final de século XX, apresentando características de um estado que pouco aproveitou o planejamento de longo prazo para implementação de políticas públicas. Isso desemboca num crescimento desestruturado no conjunto dos municípios, culminando na criação de hiatos de desigualdade entre eles. Apenas no final da década de 1980, com o governo Jereissati, é que há uma transformação no modelo de governança com o enxugamento das contas públicas e aceleração da máquina produtiva industrial, ativando incentivos à criação do complexo industrial no estado, de zonas de



processamento de exportações, atrações de indústrias - a maioria através de estímulos fiscais ou em parcerias com o governo federal - na captação de grandes empreendimentos, fomentando o crescimento do número de empresas no setor, mais precisamente, na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF e casos específicos no interior do estado.

Essa tendência à concentração apresenta a forte ausência do planejamento econômico de longo prazo na promoção de desenvolvimento equitativo para todas as regiões, bem como uma acentuação nos propósitos de permanência dessa configuração espacial produtiva. A reconfiguração do processo de produção teria alguma conexão com a identidade do território cearense que desembocou nas disparidades regionais? Em outras palavras, seria o enraizamento da atividade produtiva presa as origens da formação do semiárido cearense que o tornou região inapropriada para os projetos de modernização industriais anteriormente programados para as regiões litorâneas? Teria então o estado do Ceará, ou mais precisamente, o subespaço semiárido, identidade territorial com o processo produtivo atualmente implementado? Seria possível capturar a identidade territorial do Ceará através de sua atual configuração produtiva industrial?

Ainda que a atuação estatal no processo de consolidação industrial cearense tenha sido eficiente de modo a “determinar os rumos da mudança” (PEREIRA JÚNIOR, 2011) e ter efetivo êxito, é possível observar que as transformações na atividade industrial cearense não tiveram o mesmo impacto que nos demais grandes centros do país, além de somente ser absorvida por polos restritos dentro do espaço estadual, além da RMF, outras cidades do interior como as capitais regionais e polos já consolidados, Juazeiro do Norte e Crato, na mesorregião sul cearense; Sobral, região Noroeste e Iguatu na região centro-sul.

Essa aparente dessincronia com a identidade territorial produtiva destaca um paradoxo: As políticas públicas estaduais caminharam rumo ao movimento nacional, crescendo e aumentando sua participação nos indicadores nacionais com o movimento propulsor do setor industrial, ao passo que determinou a condição de dependência de seus subespaços, relegando-as atividades produtivas geradoras de pouco valor agregado.

Para tentar entender se de fato as transformações produtivas no semiárido cearense foram construídas através da identidade do território, primeiramente esse



trabalho busca revisar a literatura que define o que é identidade e o que é território, para uma melhor compreensão do significado da temática da identidade territorial e observar através de um contexto histórico, suas diversas alterações. Em seguida, são apresentados dados estatísticos e espacializados em mapas que visam situar as atuais localizações da produção dos principais produtos coloniais do semiárido cearense e algumas informações sobre o Produto Interno da atual matriz produtora, comparando-o com os mesmo dados a nível estadual. Encerra-se o trabalho com as referências utilizadas no texto.

2 Relacionando os termos identidade e território

A utilização de termos técnicos e ao mesmo tempo tão singulares aparecem para este trabalho como uma missão a ser cumprida. Missão essa de decifrar os enigmas que rodeiam estes dois termos. Ainda que adiantada a literatura que delibera o cerne da definição, muitas arestas resistem. De todo modo, é preciso traçar o perfil que a demarca e institui-lo para a boa compreensão do discurso aqui proposto. Uma breve revisão de literatura será apresentada para encaminhar as distintas visões dos autores aqui rebuscados.

2.1 Conceituando Identidade

Dubar (2009) divide os significados de identidade em duas categorias: a primeira seria a essencialista, que teoriza sobre aquilo que é original e não se modifica com as alterações do tempo. Em suas palavras, “a identidade dos seres existentes é o que faz com que permaneçam idênticos, no tempo, à sua essência” (DUBAR, 2009, p.12). Seria a identificação do homem com o seu eu interior, suas particularidades intrínsecas a ele desde que nasceu. A outra, pré-socrática, distingue-se da anterior pela defesa da recorrente mudança de todas as coisas com o passar do tempo. Essa seria a corrente normalista que embasa seu conceito na acepção que os seres e sua identidade são formulados dentro da época em que vive e sua vivência irá transformá-lo naquilo que se tornará adulto. Para o autor, essas duas tipologias estariam conectadas pelo fato de que o pertencimento ligado ao nascimento (essencialista) que está enraizado no âmago de cada indivíduo, irá definir o que está designado pelo DNA



ou pelo “estado civil” (DUBAR, op. cit.) e o mundo modelá-lo-á de acordo com prioridades e definições de sociedade que nele foi constituído.

Uma passagem interessante em Hall (2006) apresenta que as velhas identidades estão em declínio e que novas estão abrolhando. Para ele, a “crise de identidade” do mundo moderno seria uma ressignificação dela própria, onde na transição entre o remoto e o púbere são abalados os quadros referenciais, antes garantia de estabilidade para a sociedade. Ele ainda descreve que “esses processos de mudança, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada” (HALL, 2006, p.9-10).

A consciência reflexiva, componente básico da modernidade (GIDDENS, 2002), seria então, o que difere o homem dos demais seres vivos. A aptidão dos homens em tomar decisão a partir de um teorema formulado mentalmente, traduz-se também na sua capacidade natural de seguir em frente, componente definido inconscientemente. Essas decisões, os caminhos traçados, levado ou não pelo contexto em que está inserido, leva os grupos sociais a rumos totalmente distintos ainda que vivenciando os mesmos domínios territoriais.

Tutikian (1999) discorre sobre identidade cultural e alteridade em parte do seu trabalho. Para a autora, essas duas dimensões estão intimamente associadas com as transformações sócio-políticas as quais se vinculam. Ela distingue as definições do “outro” elaboradas por Daniel-Henri Pageaux e Álvaro Manuel Machado, que culminam na significância diversificada, dando ao autóctone o poder de definir a realidade cultural forasteira em quatro categorias, como se a cultura do outro fosse: a) superior, diminuindo aquilo que é herdado de seu povo como cultura; b) inferior, ratificando a supremacia de sua própria cultura em relação ao estrangeiro,; c) neutra e; d) positiva, que neste caso, traria bons frutos a inter-relação entre as duas culturas. Em todas essas definições, o que o natural da terra pode verificar em relação a cultura que vem de fora, depende do juízo que ele formula baseado naquela em que fora criado.

Em todas essas clarificações sobre identidade e as relações traçadas junto ao homem e a convivência em sociedade, pode-se concluir que a ela está diretamente relacionada as origens do ser humano, suas implicações são enveredadas pela cultura criada ou mistificada pelo tempo e essa criação transforma o indivíduo naquilo que ele é ou tomou por ser, além do mais, a relação com outros grupos sociais diversos



culturalmente dependerá da visão de mundo que ele construiu no escopo de sua sociedade. Tentar-se-á a seguir, apresentar a definição de território e apresentar a conexão desta com a identidade dos homens.

2.2 O termo “território” e a identidade territorial

Como discutido em tópico sobre identidade, ela tem se mostrado intrinsecamente vinculada ao meio que cerca o homem e isso tem uma relação muito forte com seu território. As transformações ocorridas na Itália por meio da institucionalização de regionais para gerir o espaço, tiveram resultados adversos nos diferentes locais, graças em parte, da cultura de cada local (PUTNAM, 2006). Tendo isto como posto, é necessário o entendimento sobre o conceito de território para mensurar as conexões dos dois termos na definição do espaço semiárido cearense.

A aventura acolhida para reunir um pequeno número de autores com definições de território e dentre elas realizar uma seleção parece o que realmente é, um risco. As teorias fundamentadas na ciência geográfica, parecem ser as mais assertivas na conclusão dessa temática e foi a aqui adotada, devido a sua expertise, o seu empenho exclusivo e a sua dedicação sobre a temática.

Para esclarecer a diferenciação entre espaço e território, buscou-se em primeira mão os escritos de Raffestin. Ele descreve que os dois termos não são equivalentes e que o espaço deve ser compreendido antes mesmo do território, já que este seria mais uma espécie de construção humana que apresenta as relações de poder pelo dispêndio de trabalho e energia que fora dispensado na formulação de sua própria prisão. Para ele

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Perico (2009) chama a atenção para a contribuição de Friedrich Ratzel, que não só dividiu a geografia em política, biogeográfica e antropogeográfica, como traçou resoluções firmes acerca do conceito de território. Neste contexto ele afirma que

[...] o território expressa a conjugação de um povo (vivo) e de uma terra (estática), ou, como Moraes destacou, o território configurado



em —determinada parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, visto que —o espaço vital mostra a necessidade territorial de uma sociedade que tem em vista seus equipamentos tecnológicos, sua demografia e seus recursos disponíveis Tendo o estado por referência, com suas subdivisões ou contradições internas, o território constitui sua expressão legal e moral, o que justifica sua defesa, assim como a conquista de novos territórios (PERICO, 2009, p.32).

Em sua síntese sobre a abordagem do conceito de território e evolução de seu estudo, Saquet (2013) ressalta a diferenciação em relação aos geógrafos e outros cientistas sociais; para aqueles, o território teria fundamentação em sua materialidade tanto de relações sociais como de formas definidas pela história.

Partindo dessas definições, ainda que sucintas e minimamente restritivas, pode-se inferir que o território para este estudo, é verificado através da consolidação de sua formalização espacial e das produções relacionais entre indivíduos e instituições, que comungam de mesmos interesses e/ou características e se aplicam determinados regimentos que podem ser justapostos pelo Estado na regulação dessas relações. De certo modo, possui uma identidade entre seus indivíduos, construída talvez, pela força de suas afinidades e antipatias.

“A identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial”. (CHELOTTI, 2010, p. 171). Nesse contexto, a conexão entre os dois termos “identidade” e “território” se faz válida para explanação desta pesquisa. Nessa construção, pode-se afirmar que a cultura de um povo tem uma participação das mais consideráveis na formulação do conceito. Então, se o indivíduo vive em sociedade, essa sociedade está em mutação plena no espaço-tempo, a modernização se caracteriza como a principal mola motor dessas transformações culturais dentro dos grupos e comunidades. As mudanças céleres, estáveis e de caráter duradouro, são as que definem uma sociedade moderna de outra tradicional (HALL, 2006).

Haesbaert (1999) afirma que a identidade territorial fundamenta-se na relação social entre os indivíduos por meio do território e a apropriação do espaço geográfico nessa formação, se constitui o alicerce da identificação social.

Captura-se então que a identidade entendida aqui tem como cerne a definição dos seres humanos por sua essência e pelo meio que vive e o território é um espaço em que o homem trabalha e o modifica para atender suas particularidades, legitima-se que os termos estão intimamente correlacionados. A identidade territorial parte de uma



conjugação entre os homens, o meio que habita, suas modificações para uma melhor convivência do grupo ou comunidade e a cultura enraizada nesse organismo. Nesse contexto é válido ressaltar a importante construção dessa identidade territorial no semiárido cearense a as atividades produtivas do espaço. Para entendê-la será necessário percorrer um pouco da formação histórica das atividades produtivas do território cearense, capturando as questões enraizadas nesse plano para explicar a nova configuração produtiva dentro desse espaço geográfico.

3 Breve histórico das atividades produtivas no semiárido cearense

Vale destacar que os relatos desse tópico é uma reunião de pinceladas históricas sobre a formação econômica do semiárido cearense, fazendo um sucinta conexão com a ocupação brasileira, pois, trabalhos mais detalhados já encontram-se no meio acadêmico, relatando a história do estado do Ceará. Alguns desses materiais foram utilizados na construção desse trabalho, portanto estarão disponíveis nas referências.

Os condicionantes históricos, fragmentados ao longo dos séculos desde o descobrimento do Brasil e reaglutinados no século presente para enfim responder as questões das disparidades regionais, foram a mola motor que impulsionou e até hoje se perpetua, as características heterogêneas do semiárido brasileiro, o que se aplica também ao do Ceará. Não só a predileção pelas regiões dos massapés, como também questões climáticas, políticas, econômicas, culturais e identitárias, que serão difíceis de captura mesmo com o esmero dado a produção sintetizada deste material.

A ocupação territorial do Brasil se inicia pela região hoje conhecida por Nordeste, mas foi desigual para ela em todas as partes. A zona da mata preterida por causa das doces terras dos Massapês (FREYRE, 2013) onde se cultivou em larga escala a cana de açúcar, foi a de primeiro interesse colonizador aventureiro, que as custas de uma formação populacional e produtiva mais de exploração do que de desenvolvimento, não obteve paralelo em sua história. As terras do sertão de dentro (bahianos) e do sertão de fora (pernambucanos) (ABREU, 1963), foram ocupadas pela agricultura de subsistência que se auto sustentava e ainda realizava o milagre da multiplicação, fornecendo alimentos para as pequenas vilas e povoados; o algodão que não foi permitido em muitas áreas das zonas férteis da cana e a pecuária de gado.



Neste estudo interessa ressaltar a diferenciação espacial ocorrida na ocupação entre o litoral e o interior do Nordeste, pois ela explica grande parte da formação do semiárido do Ceará. Essa conformação territorial dos povos europeus se deu principalmente por conta da atividade de criação do gado e das charqueadas no início do período, e pelo cultivo do algodão no fim do século XVIII (“HISTÓRIA DO CEARÁ”, 2017). Mesmo sendo as grandes responsáveis pela ocupação do semiárido cearense, não foram estas atividades de grande geração de produto, sendo-lhes relegadas uma posição de coadjuvantes no contexto nacional. Iniciada em Maranhão, a criação de animais bovinos teve uma forte influência dada pela “fluidez da fronteira, a pressão populacional de homens livres sem terra e disponibilidade de terras [...]” (LEMENHE, (1981, p.79).

No caso do Ceará, seu litoral pouco propício aos verdes canaviais não suscitou o interesse desta empreitada, sendo ocupado primeiramente no seu interior com a cotonicultura e a pecuária. No vale do Cariri cearense houve algum interesse na plantação de cana (ABREU, 1963), onde engenhos com produção no modo robusto ainda nas duas primeiras décadas do século XXI estão instalados na cidade de Barbalha.

Claro que o período imperial brasileiro, construído sob as mesmas fundações da colônia, teria de reproduzir a permanência de certas características de dominação, submissão e ratificação do poder local de uns grupos em relação a outros, replicando essa formação para as suas regiões. Poucos relatos na literatura discriminam esse período do semiárido cearense, a reunião de papéis foi realmente restrita devido esse fato. Os escritos de Lemenhe (1981) ratificam que o Ceará não era prioridade. A autora descreve que não passou num primeiro momento de uma terra de passagem para o Maranhão, como o fez Pero Coelho, os Jesuítas e Martim Soares.

A formação do território cearense foi em grande parte responsável por essa disparidade. Limitado em quase sua totalidade no semiárido, na “região flagelada” composta também por matas em “serras capazes de condensarem vapores atmosféricos, nas margens dos rios em lugares favorecidos pela umidade do solo” (ABREU, 1963, p.20), o Ceará teve uma particularidade na sua ocupação, onde foi permeada a partir do interior do país, diferentemente dos demais estados nordestinos, ocupados inicialmente pelo litoral. Alguns estudiosos atribuem esse fato a terras pouco férteis do litoral, a forte presença de dunas e o difícil acesso portuário, que prejudicava



o ataque das embarcações (“A invenção do Ceara - Formação do território cearense”, 2012). Há aqueles que acrescentam à esses condicionantes, a hostilidade dos gentios que aqui habitavam e a ocupação da França e da Holanda que dificultavam a vinda portuguesa (LEMENHE, 1981).

A dificuldade de geração de atividades produtivas no semiárido cearense atribui-se também ao pouco adensamento populacional tanto por parte dos holandeses quanto dos portugueses, existindo pouco suporte em seu desenvolvimento. “É mesmo possível que tenha inexistido a intenção de ocupar a região com outra finalidade senão a de servir de base de apoio à ocupação de Pernambuco” (LEMENHE, 1981, p.77).

Então, o processo de ocupação que se deu em detrimento da atividade pecuária de gado, advinda do Maranhão e do estado da Bahia que se espraiou pelo território nordestino a dentro, subiu ao encontro do mar, beirando o rio Jaguaribe, mas toda a forma de riqueza que se pensava no período colonial passava longe da zona litorânea, esta encontrava-se no território do interior do estado (DANTAS, 2006).

A atividade pecuária teve um papel fundamental no processo de ocupação do território semiárido cearense. A migração de grande número de cabeças de gado, e a posterior charqueada, foram responsáveis pela criação de vilas e feiras que davam suporte a essa atividade. Mesmo se tratando de atividade forte na região, era inexpressiva em relação ao todo que era produzido no Nordeste, ficando como atividade secundária e dando suporte a produção motora regional: a cana de açúcar. De longe também foi a expressividade da cultura do algodão nessas terras se comparadas as atividades canavieiras na zona da mata. A cotonicultura invade as bacias do rio Jaguaribe, tendo como ponto de concentração, a cidade de Icó, na mesorregião centro-sul cearense (DANTAS, 2006).

O algodão, trazido para as terras cearenses e combinado com espécies autóctones, fora encontrado no território em investigações feitas. No município de Crato, foi encontrado ainda em 1938 “espécies sem mancha, amarelas, sementes graúdas com línter marrom, maçãs pequenas, pontudas, com 3 a 4 lojas e granulação intensa” (NEVES et al., 1968, p.40). A espécie moco, foi a mais cultivada no semiárido nordestino (NEVES, op. cit).

Em um processo de transformação sem precedentes na história do estado cearense, a importância dada ao interior do estado em detrimento do litoral somente



teria reviravolta no início do século XIX. A migração do centro produtivo do interior para o litoral levou para esta região também os frutos das políticas públicas que se voltaram na atração e implementação de empreendimentos. A industrialização e o fortalecimento do turismo são duas marcas produtivas que tiveram maior concentração no litoral do que no semiárido cearense. A litoralização, fenômeno no qual teve a primeira menção no estado na década de 1990, nada mais é do que

[...] um processo organizado de incorporação do litoral ao mercado de terras e à indústria turística, fato resultante da adoção de políticas públicas que provocam uma valorização artificial da terra, tem como consequência a expulsão gradual dos seus antigos habitantes (DANTAS, 2006, p. 245).

Fato que este é um fenômeno bem recente, quando durante séculos o Ceará teve um papel inexpressivo frente ao Brasil, tanto no período colonial, quanto no regime imperial e início do republicano. A partir dos governos modernistas de meados da década de 1980, foi que se estabeleceu um crescimento significativo e participação no todo, chegando a posição no ranking de 3ª maior produção do Nordeste.

Em suma, percebe-se no berço da formação econômica do semiárido cearense uma completa guinada no último século, em relação a região do estado que hoje se configura como o centro produtivo, localizada na RMF. Nela apresenta-se algumas particularidades, as quais foram engendradas a partir de bem mais uma política pública estruturada no modelo desenvolvimentista do que propriamente uma identidade local.

Essa identificação de cidade do sol, recentemente construída, também é fruto dessa política. O foco nas regiões desse espaço impossibilitou que as configurações identitárias e espaciais do semiárido cearense ficassem visíveis e fossem aproveitadas em um maior dimensionamento territorial, contribuindo ainda mais com as desigualdades regionais interestaduais. A identidade do semiárido cearense está muito mais fragmentada do que se possa pensar. A identidade cariense, jaguaribense, igatuense, e tantos outros gentílicos que se possa criar, tem uma particularidade vinculada as origens da formação territorial e conseqüentemente, sua identidade. Essa configuração industrial da RMF construída recentemente, e fruto político de uma administração pública que tinha propósitos adversos dos que se arrastavam ao longo de séculos pelo território, do atraso, da dependência do assistencialismo, do empreguismo, constrói um novo cenário produtivo no estado, mas



ainda com muitas fragilidades, limitando-se a uma pequena porção do território. Fortaleza e cidades litorâneas precisaram buscar sua identidade para se destacar do restante do estado, aproveitando-se de sua localização geográfica e dos recursos naturais que lhes são dados o ano todo: sol e mar. Este talvez não seria o caminho para o avanço de conjecturas que abriguem o setor produtivo com a cara da região que o abriga? Uma maior precisão com diagnóstico sobre a identidade do subespaço semiárido seria a solução?

Sobre a industrialização no Ceará, Pereira Junior destaca que

O conjunto articulado das ações e dos objetos formou a síntese estrutural de uma industrialização que logrou sucesso, fundamentalmente, por combinar manifestações particulares e universais unificadas num plano concreto, o próprio território, que desde então não pode mais ser entendido sem que se considere a sinergia multidimensional e interescalar que o caracteriza (PEREIRA JÚNIOR, 2011, p.20).

Como então seria possível capturar as diversidades espaciais do semiárido cearense para entender sua diferenciação em relação ao conjunto do estado? São perguntas que se respondidas, podem contribuir com a redução das desigualdades regionais.

Em pleno século XXI, feiras diárias e semanais nos mercados públicos das diversas cidades do semiárido cearense são perenes. Ainda se encontra entre uma barraca e outra os conhecidos “carregos” nos mercados, feitos por crianças que ainda nem sabem escrever o próprio nome. A criação de cordéis, uma atividade rica em conhecimento e reveladora de talentos literários locais, presente ainda que timidamente, nos círculos acadêmicos e em barracas – nas feiras – vive paralelamente com os gibis. A retirada pelos carroceiros de entulhos das reformas das casas – estacionados em frente as residências como quem já aguarda pelo seu destino – são negociadas nas portas das donas de casa por preços módicos, a depender da quantidade de “viagens”.

Algumas atividades em extinção, outras foram reformuladas para ganhar vida no processo de mundialização, o certo é que a produção oriunda das funções descritas a seguir, são a gênese das atividades produtivas no semiárido cearense. O leiteiro – figura em extinção em cidades como Juazeiro do Norte e os senhores do quebra-queixo que já quase também não se vê. O “vein” do algodão-doce colorido, o qual reza a lenda, sopra os sacos plásticos para colocar os chumaços de algodão, problema nunca questionado pela menina. Os parques de diversões em tempos de



feita da padroeira, e o não menos importante pipoqueiro; a bordadeira, que faz lindas toalhas de mesa e de cobrir as comidas em dias de festa e de visita; da renda de bilro, artefato caro na atualidade; o artesão de alpargatas de couro, o ourives que concretizava o sonho da moça em ficar noiva de aliança; o rapaz do milho e da canjica nas festas juninas; a vaquejada – que atualmente se tornou megaevento – outra modalidade de negócios atingida pela destruição criativa descrita por Schumpeter no mundo contemporâneo; o barbeiro, que tanto enobrecia os jovens moços sedentos por fazer a barba para esta crescer; a tertúlia, casas de forró que de longe inspiraram as “algumacoisaMix” da contemporaneidade; as tapioqueiras; a rezadeira que ‘não cobra’ por seus serviços; os crediaristas, figuras icônicas do mundo das bugigangas e das compras a prazo nos tempos de crise e hiperinflação; as senhoras dos teares de rede e de tapetes manuais, a bodega que em épocas de crise, foi o sustentáculo de suprimentos alimentares das pequenas famílias da zona urbana.

A rotação ocorrida na lógica de acumulação capitalista “que se apropria de maneira seletiva e desigual dos espaços” (LIMA JUNIOR, 2014) talvez tenha sido o condicionante principal que promoveu a diferenciação regional no semiárido cearense, determinando para os espaços geográficos de pouca definição identitária, ou até mesmo com pouca força impositiva desses regionalismo, sua maneira hostil de expropriação do excedente. Para as categorias anteriormente discriminadas, por certo existe uma CNAE correspondente devido ao fato que alguns desses negócios estão se formalizando, convertendo seus idealizadores em microempreendedores. Mas não se pode esquecer que foram estes empreendimentos que impulsionaram a atividade econômica no semiárido cearense, sustentando-o durante muito tempo. Como então pensar o desenvolvimento de uma região sem contemplar essas particularidades? Ou ainda, como promover a convivência entre o modelo produtivo “moderno” e o “atrasado” sem que isso prejudique nem a um nem ao outro? Segundo Azevedo e Nunes (2014) há sim em meio a turbulenta configuração ambiental e crise social, espaço para ações transformadoras. São debates que podem ser aprofundados para uma melhor ressignificação da temática, o que não é objeto deste estudo.



4 Materiais e métodos e o recorte estudado

Este trabalho tem uma natureza básica, que não deseja realizar aplicações daquilo que foi encontrado, mas sim de formular discussões que progridam as pesquisas acerca do aproveitamento dos potenciais endógenos produtivos desse recorte espacial. O método científico mais apropriado para encontrar as respostas que se precisa é o dedutivo já que segundo Prodanov e Freitas esse método “Sugere uma análise de problemas do geral para o particular, através de uma cadeia de raciocínio decrescente” (PRODANOV; FREITAS, 2013). De objetivo exploratório, que visa familiarização do leitor com o tema e tenta responder as hipóteses criadas, como também o de descrever as características do território estudado (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Os procedimentos técnicos adotados foram a pesquisa bibliográfica que embasou esta revisão de literatura, estatística descritiva, análise de tabelas e gráficos e elaboração de mapas temáticos utilizando o site do Instituto Nacional do Semiárido - INSA. De abordagem mais qualitativa do que quantitativa, mas utilizando-se do método misto, as respostas perseguidas aqui são discutir se as atividades produtivas instaladas no semiárido cearense tem embasamento na sua identidade. Por isso foram construídos a revisão de literatura que delimitou os conceitos chave e o referencial teórico que os selecionou e correlacionou (GASQUE, 2017).

Mapas foram construídos com a ajuda de software livre quantum gis, versão 2.18.1, bem como diretamente do site do INSA para uma melhor visualização da atual espacialização das atividades produtivas de algodão e criação bovina no semiárido cearense.

Para aferição dos propósitos deste trabalho, foram acometidos alguns dados quantitativos, extraídos de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do INSA, para realizar uma análise comparativa das estatísticas descritivas entre o estado do Ceará e o subespaço semiárido. Nessas observações foram constatadas diferenciações vitais, frutos do processo de colonização, ocupação e formação estrutural do estado como poderá ser detectado a seguir.

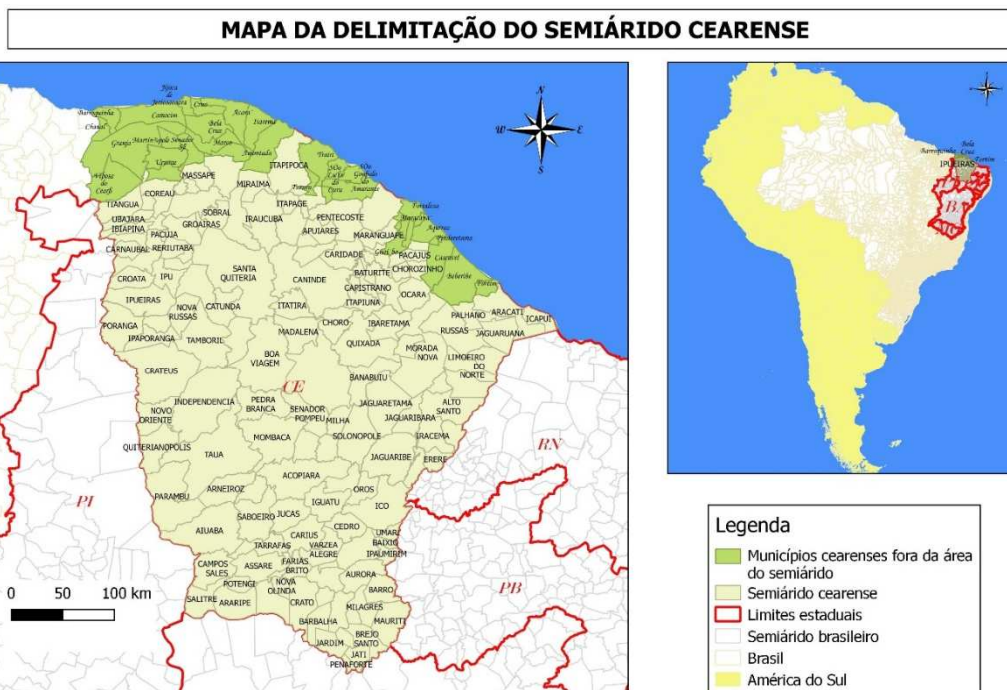


4.1 O território do semiárido cearense em números

O Estado do Ceará é composto por 184 municípios, sendo que destes, 150 fazem parte do recorte espacial do semiárido, o que integra cerca de 81,52% dos municípios. A área territorial em km² do Estado em 2010 é de 148.887,632 segundo o IBGE, e o semiárido cearense toma 129.187,48km², o que representa 86,76% de toda a área territorial do estado. Em 2010 a população total do estado era de 8.452.381 habitantes, enquanto que o recorte semiárido abrigava 4.724.705 desta. Esses dados sugerem que, apesar de o subespaço semiárido cearense ser maior territorialmente do que o conjunto dos municípios que ficam de fora, ainda abriga uma densidade demográfica pequena (36,57hab/km²) em relação ao Ceará (56,77hab/km²) e grande em relação ao Brasil (22,43hab/km²), enquanto que o restante dos 34 municípios abrigam juntos, 189,22hab/km².

São características bastante compreensíveis se caso for observado que o semiárido cearense não aloja a área litorânea que compreende a região metropolitana de Fortaleza, cuja é o núcleo duro da produção do estado e abarca o maior contingente populacional. O mesmo se aplica quando afirma-se que o semiárido brasileiro é o mais populoso (MALVEZZI, 2007). O município com maior extensão territorial é Santa Quitéria, localizada no Noroeste cearense com 4260,479km², enquanto o menor, o município de Guaramiranga na zona Norte, está circunscrito em apenas 59,436km². Essa delimitação apresenta já os primeiros indícios de disparidade territorial entre o semiárido cearense e o estado como um todo, apresentando concentração demográfica nas regiões que não fazem parte do recorte estudado. As características iniciais de formação territorial com pouco adensamento populacional parece ter uma nova configuração no século XXI. Também boa parte dessa transformação é garantida pelo processo de urbanização que acometeu as cidades do interior do estado.

Segue Mapa de localização do subespaço semiárido cearense para identificação dos dados que serão analisados nos resultados em tópico apropriado.



Mapa de elaboração própria com malhas extraídas do IBGE. Utilização de software livre Quantum Gis versão 2.18.1

Figura 1 - Mapa da localização espacial dos municípios do subespaço semiárido cearense

Percebe-se pelo mapa que as regiões não contempladas no espaço semiárido do Ceará ficam alojadas na região do litoral, a qual recebeu investimentos e dedicação do poder público para a criação de um polo industrial e o desenvolvimento da atividade turística. Essas regiões no entanto como pode-se ver no tópico seguinte, são as maiores polarizadoras de produção, o que define o subespaço semiárido a uma situação desfavorável em relação ao estado.

5 Resultados e discussões

A seguir, discute-se a redução da participação das atividades produtivas de algodão e criação bovina no semiárido cearense, bem como será apresentado um quadro produtivo resumido do cenário atual dessa região.

Na figura 2, observa-se a produção de algodão herbáceo estar presente em quase todos os municípios do semiárido cearense, com municípios que chegaram a produzir cerca de 2,4 mil toneladas do produto, reduzindo a uma produção de apenas 155 toneladas. A abertura comercial combinada com a já acentuada crise no mercado



algodoeiro nacional (CAVALCANTE et al., 2007) contribuiu para a redução da produção.

Essa redução da produção também é sentida com o algodão arbóreo e nessa a situação é ainda mais crítica. De quase totalmente abranger os municípios do semiárido cearense, percebe-se uma drástica redução tanto dessa participação quanto na quantidade produzida. Onde havia municípios com produção de mais de duas mil toneladas, em 2012 essa produção desaparece, condicionando a umas modicas cidades uma rala produção de no máximo, 5 toneladas.

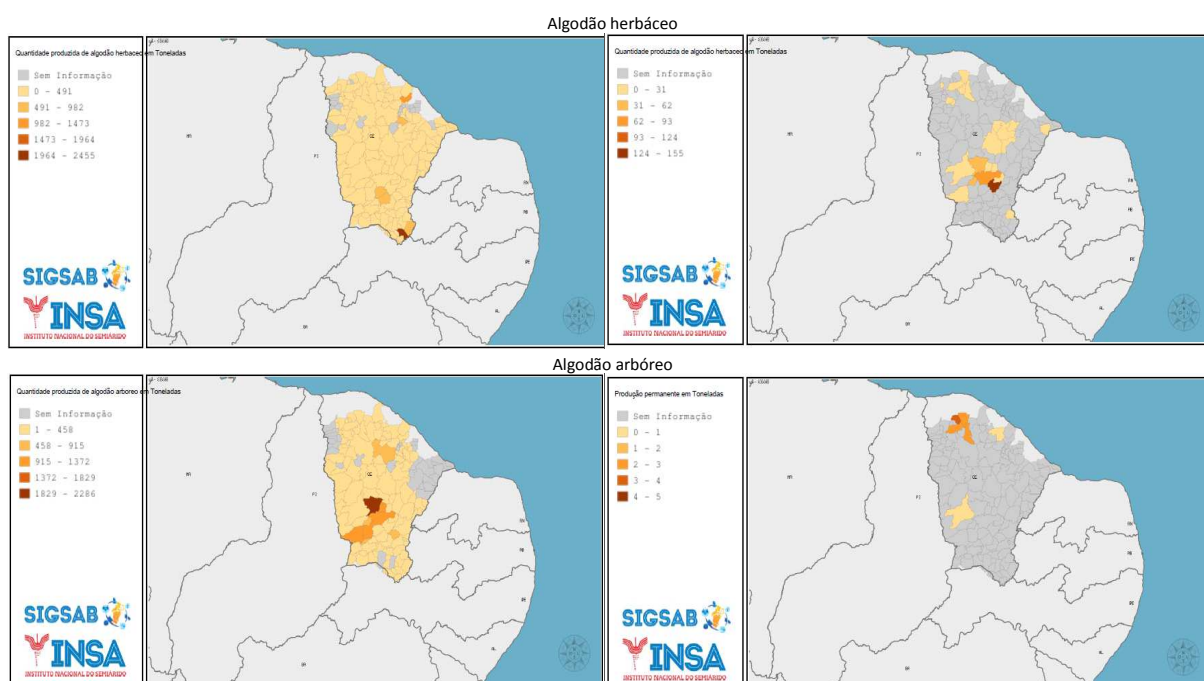


Figura 2 - Distribuição espacial da produção em lavoura temporária de algodão herbáceo e permanente de algodão arbóreo em 1990 e 2012 – em tonelada

A produção pecuária, a primeira no processo de ocupação do território, também está num processo de declínio. No ano de 1974, o Ceará ocupava a 9ª posição no ranking de produtores nacionais efetivos de bovino por cabeça, com uma ínfima representatividade (ainda que em termos absolutos esses números tenham crescido como observado no mapa) de 2,21%. Em 2015 ele cai para a 15ª. posição, reduzindo ainda mais sua participação para 1,17% da produção nacional.

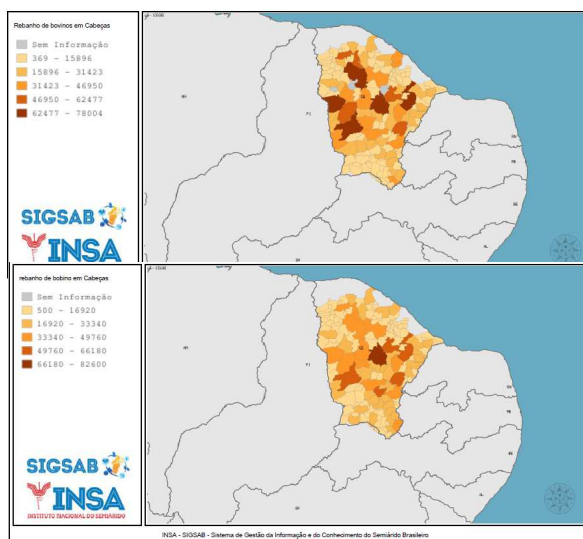


Figura 3 - Distribuição espacial de criação de bovinos em 1990 e 2012 - cabeças

Ao analisar as figuras 2 e 3 percebe-se um distaciamento produtivo das duas atividades específicas no tempo. Isso se dá principalmente, pela guinada reestrutural produtiva alavancada nos últimos anos do século XX. Entretanto, vale ressaltar que o semiárido cearense ficou de fora de boa parte da captura das políticas industriais voltadas para o estado, em particular. Se observado com maior proximidade, é possível verificar um hiato entre essa região e as demais que absorveram o campus industrial.

Pouco ou quase nada dos potenciais endógenos pertencentes ao semiárido cearense virou políticas que os desenvolvesse. Algum programa com direcionamento de verbas para financiamento do pequeno negócio, como o agroamigo, encabeçado pelo Banco do Nordeste, ou o PRONAF, que não logrou o êxito em larga escala como alguns estudos podem relatar (FEIJÓ, 2003) (MACIEL; KHAN, 2009)

Não obstante, as atividades produtivas no Ceará vem se diversificando ao longo do tempo e com maior expressividade no final do século XX. Essas transformações estão assentadas principalmente no redirecionamento produtivo dado na década de 1980, que hoje conformou os espaços produtivos regionais e provocou o crescimento expressivo de regiões fora do recorte semiárido, ainda que alguns polos tenham recebido incentivos, não foram suficientes para reduzir as disparidades inter-regionais.



Observa-se que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu mais que a média nacional nos últimos cinco anos, em detrimento muito maior de uma reestruturação e reconfiguração produtiva do que basicamente com o aproveitamento dos potenciais endógenos ramificados em sua identidade territorial. Vê-se uma nova roupagem das configurações produtivas como é possível observar através dos dados coletados.

Já é possível capturar alguns sinais entre o tradicional e o atrasado: as atividades ligadas ao trabalho individual, ou em conjunto dentro das grandes propriedades de terra são as características principais das atividades desenvolvidas no início da ocupação do território. Em seguida, vê-se uma breve focalização nas atividades pecuária e algodoeira, perpassando durante alguns séculos essa configuração, e em detrimento delas, outras atividades secundárias foram desenvolvidas para acomodar os povoados que ali se originavam e permaneciam. Com o passar dos anos e a combinação de políticas federais e estaduais, o Ceará foi pouco a pouco mudando suas configurações produtivas iniciais, passando para uma nova roupagem, com características industriais. Nessa mutação, mudou-se também o centro produtivo: saindo das terras do semiárido e migrando para as terras do litoral, mais especificamente de Fortaleza, mudando a configuração espacial da distribuição das atividades produtivas.

Um ponto que deve ser destacado é a nova espacialização produtiva do semiárido cearense. De acordo com o Produto Interno Bruto (PIB), apenas os municípios de Caucaia, Sobral, Juazeiro do Norte, Horizonte e Crato produziram em 2011 acima de 1 bilhão de reais. Iguatu, fica com uma produção anual de R\$878.953.000,00.

A seguir um quadro comparativo dos PIB de 2010 para os três grandes setores da economia e a participação do semiárido cearense nessa conjuntura. Nessa tabela pode-se perceber a relativa participação do semiárido cearense no Produto Interno, garantindo uma maior participação no setor agropecuario, mostrando uma certa prisão ao modo de produção implementado no Brasil colônia.

**Tabela 1 - Participação do semiárido cearense na composição do PIB e do valor adicionado no Estado do Ceará no ano de 2010 em mil reais**

Variável	Ceará	Semiárido cearense	Participação
PIB	77.865.415	28.466.491	36,56%
VA Agropecuária	2.837.126	2.276.791	80,25%
VA Indústria	16.186.732	5.616.148	34,70%
VA Serviços	49.239.763	18.247.010	37,06%

Fonte: IBGE e INSA**Obs:** VA = Valor Adicionado. PIB e VA a preços correntes

O semiárido cearense captura apenas 36,56% de todo o PIB produzido no estado. Tem quase a totalidade da produção agropecuária, com mais de 80% do total estadual. A participação no setor industrial segue a tendência do PIB com aproximadamente 34% do total e o setor de serviços, com 37,06%. Em suma, ratifica-se um quadro de concentração espacial produtiva nas regiões fora da zona do semiárido cearense, garantindo para esta uma tendência de redução nessa participação. Políticas que fixem olhar no desenvolvimento dessa região será de vital importância na mudança do quadro da participação, fazendo com que essa realidade consiga a inserção do semiárido cearense na conjuntura produtiva estadual mais significativamente.

Entretanto, e impossível negar que a identidade territorial para ambos os casos, litoral e semiárido, foi reformulada de tal forma a abarcar o processo produtivo ora vivenciado no mundo, sob a licença de inserção produtiva nos mercados internacionais ainda que relutantes no processo de produção primária. Os regionalismos neste caso tiveram pouca ou nenhuma expressividade, cedendo espaço na configuração espacial produtiva para os anseios daquilo que veio do estrangeiro.

Nota-se que há uma homogeneização da geração do PIB para a maioria dos municípios desse subespaço, ratificando a ideia de concentração em pequenos núcleos produtores estaduais. A realocação do centro produtivo dinâmico do interior para a capital, fez com que os processos produtivos tradicionais, não só perdessem espaço no conjunto dos municípios, como também a participação no processo de desenvolvimento estadual.

Mudou-se também o foco produtivo, saltando de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrial, substituindo uns produtos por outros, na



mesma lógica que saíra da agropecuária para acomodar-se no setor de serviços. Mesmo com todas as vultosas promoções estaduais do desenvolvimento industrial, continua inexpressiva a participação nacional da indústria do Ceará e o fora legado ao subespaço semiárido uma condição de produção ainda pior se comparada com o estado como um todo, como se verifica a alta expressividade no setor agropecuário do estado em relação aos dois outros grandes setores.

6 Considerações finais

Foi apresentado uma definição de identidade territorial com vistas a responder as atuais configurações espaciais produtivas no subespaço semiárido cearense. Identificou-se neste início de século XXI que pouco das raízes da formação produtiva do semiárido permaneceu, transformando-se e readaptando-se as novas configurações trazidas de outras culturas, como a de replicação do modelo capitalista internacional. A convivência entre o moderno e o tradicional permanecem nesse subespaço, oportunizando ao atores locais as vivências herdadas de seu povo, mas relegando a essas atividades muito da participação informal de mercado e a pouca geração de valor agregado, o que culmina em pouca geração de riqueza monetária.

As atividades produtivas no semiárido cearense tiveram repaginação e mutação para um processo de ressignificação indenitária, mas ainda conseguem sobreviver mesmo que a globalização perceba que sua extinção seria o processo menos doloroso para os dias atuais, onde a destruição criadora se encarregaria de promover a inovação dessas mesmas atividades.

Seria então momento de repensar essas atividades, emoldura-las para a posteridade, ou num lampejo de modernização transforma-las e prepara-las para uma nova onda capitalista que se insere rápida e precisamente nos espaços? A identidade territorial reformulada foi o que encontramos aqui. Uma que se adequa a época em que vive, que os agentes condicionam-se a essa realidade e com ela se identificam. Esses processos, sejam eles bons ou ruins para a sociedade, foram capturados pelo semiárido cearense, mas não foi capaz de transforma-lo e promover a inserção de seu povo em grandes montas de geração de renda. Ainda há muita pobreza a ser combatida e esta seria apenas a ponta do iceberg.



Referências

A invenção do Ceará - Formação do território cearense. Fortaleza, BrasilTV O povo, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EYXdMqMSpx8&list=PL3f-19TTbi2dafflzz8x_q2z4B1bHsslF>

ABREU, J. C. DE. **Capítulos de história colonial (1500-1800): Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

AZEVEDO, M. B. A.; NUNES, E. M. Revista Geotemas. **Revista Geotemas**, v. 3, n. 2, p. 59–74, 2014.

CAVALCANTE, A. L. et al. **CULTURA DO ALGODÃO NO ESTADO DO CEARÁ.** Fortaleza/CE: IPECE, 2007.

CHELOTTI, M. C. RETERRITORIALIZAÇÃO E IDENTIDADE TERRITORIAL. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 221, p. 165–180, 2010.

DANTAS, E. W. C. “LITORALIZAÇÃO” DO CEARÁ: Fortaleza, da “Capital do Sertão” à “Cidade do Sol”. In: SILVA, J. B. DA; et al. (Eds.). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro.** Fortaleza: Expressão Grafica, 2006. p. 245–252.

DUBAR, C. **A CRISE DAS IDENTIDADES: A interpretação de uma mutação.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. (Nota técnica).

FEIJÓ, R. L. C. **Avaliação preliminar do impacto do PRONAF na produtividade da agricultura familiar.** XXXI Encontro Nacional de Economia. **Anais...** Porto Seguro/BA: dez. 2003 Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6357653.pdf>>. Acesso em: 8 maio. 2017

FREYRE, G. **Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil.** São Paulo: Global Editora, 2013.

GASQUE, K. C. G. **VOCABULÁRIO E DEFINIÇÕES - Diferença entre referencial teórico (INTRODUÇÃO) e revisão de literatura.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppgcm/images/stories/alunos/VOCABULARIO_e_DEFINICOES.pdf>. Acesso em: 7 maio. 2017.

GIDDENS, A. O eu: segurança ontológica e ansiedade existencial. In: **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2002.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169–190.

HALL, S. A identidade em questão. In: **A identidade cultural da pós modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. p. 7–13.



História do Ceará. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/historia-do-ceara>>. Acesso em: 7 maio. 2017.

LEMENHE, M. A. DE A. L. A economia pastoril e as vilas coloniais no Ceará. **Revista de ciencias sociais.**, p. 75–106, 1981.

LIMA JUNIOR, Francisco do O' de. **Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010.** 2014. 264 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000942842>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

MACIEL, H. M.; KHAN, A. S. O impacto do programa de microcrédito rural (AGROAMIGO) na melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas no estado do Ceará: um estudo de caso. In: **Revista de Economia e Agronegocio.** 1. ed. Viçosa-CE: Departamento de Economia Rural, UFV, 2009. p. p.103-125.
MALVEZZI, R. **Semiárido: Uma visão holística.** 1^a ed. Brasília: Confea, 2007.

NEVES, O. DA S. et al. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA ATUAL DOS ALGODOEIROS PERENES NO BRASIL. PRIMEIRO LEVANTAMENTO PARCIAL. **BRAGANTIA - Boletim Científico do Institut Agrônômico do Estado de S. Paulo**, v. 27, p. p, 438-475, 1968.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. **Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579833731. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109253>>.

PERICO, R. E. **IDENTIDADE E TERRITÓRIO NO BRASIL.** Brasília: IICA, 2009.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. DE. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo/RS: FEEVALE, 2013.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna.** Tradução Luiz Alberto Monjardim. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RAFFESTIN, C. O que é o território? In: **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Atica S.A., 1993. p. 143–163.